



Mudanças na insegurança alimentar e condições sociodemográficas de famílias titulares do Programa Bolsa Família: evidências de um estudo longitudinal em um município da Paraíba, Brasil, 2011-2019

Jackson Silva Lima Laurentino^{1*}, Marcos Garcia Costa Morais², Rônisson Thomas de Oliveira Silva³ e Poliana de Araújo Palmeira⁴

A literatura mostra uma relação positiva entre o acesso a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, e a superação de situações de insegurança alimentar, havendo necessidade de investigar melhor essa associação. O objetivo deste trabalho foi analisar as mudanças na situação de insegurança alimentar e nas condições sociodemográficas de famílias que eram titulares ou não do Programa Bolsa Família nos anos de 2011, 2014 e 2019. Trata-se de um estudo de coorte onde os dados foram obtidos através de um questionário estruturado contendo módulos de informações sociodemográficas, de participação no programa Bolsa Família e de avaliação da Insegurança Alimentar. Os dados foram expressos em frequências simples, e para as análises de associações usou-se o Teste de Cochran, Teste de Friedman e Qui-quadrado. Os resultados indicaram baixas prevalências de segurança alimentar das famílias titulares do Programa, sendo de 30,1% em 2011, 39,7% em 2014 e 46,6 em 2019, expuseram uma piora da renda familiar *per capita* para toda a amostra ao longo dos anos e demonstraram que 17,8%, 47,9% e 34,2% das famílias titulares do Programa permaneceram seguras ao longo do tempo, vivenciaram a IA em algum período e permaneceram em IA durante todo o tempo do estudo, respectivamente. Os achados do estudo indicam a importância do PBF na melhoria das taxas de IA e no alívio dos impactos sociais provenientes de uma agenda de retrocessos nas políticas públicas, especialmente para aqueles grupos em maior vulnerabilidade.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar, Bolsa Família Programa, Condições Sociodemográficas.

¹ Nutricionista, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Endereço para correspondência: E-mail: jacksonnut@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1268-2104>.

² Nutricionista, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (PPGSP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: markoos.garcia@gmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0102-9951>.

³ Nutricionista, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: ronisson61@hotmail.com. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9779-5043>.

⁴ Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CES) e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: poliana.araujo@professor.ufcg.edu.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3503-3414>.

Changes in food insecurity and sociodemographic conditions of families entitled to the Bolsa Família Program: evidence from a longitudinal study in a municipality in Paraíba, Brazil, 2011-2019

The literature shows a positive relationship between access to income transfer programs, such as the Bolsa Família Program, and overcoming situations of food insecurity, and there is a need to further investigate this association. The objective of this work was to analyze the changes in the situation of food insecurity and in the sociodemographic conditions of families with or without the Bolsa Família Program in the years 2011, 2014 and 2019. This is a cohort study where data were obtained through a protocol followed by modules on socio-demographic information, participation in the Bolsa Família program and assessment of Food Insecurity. Data were expressed in simple frequencies, and for the analysis of associations we used the Cochran Test, Friedman Test and Chi-square. The results indicated prevalences of low prevalence of food security in the families entitled to the Program, being 30.1% in 2011, 39.7% in 2014 and 46.6 in 2019, ie a worsening of per capita family income for the entire sample over the years and annoyance that 17.8%, 47.9% and 34.2% of the families entitled to the Program remained safe over time, experienced AI in some period and remained in AI throughout the study period, respectively. The study's findings indicate the importance of the PBF in improving FI rates and alleviating the social impacts arising from an agenda of setbacks in public policies, especially for those groups in greater vulnerability.

Keywords: Food Security, Government Programs, Life conditions.

Submetido em: 14/08/2022

Accito em: 02/03/2023

INTRODUÇÃO

A alimentação é um direito humano básico garantido por lei. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) versa sobre o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, quantidade e que respeitem a diversidade cultural, ambiental, sem comprometer outras necessidades básicas^[1]. A fim de combater a fome, a pobreza e minimizar as desigualdades sociais, a partir de 2003 o Governo Federal brasileiro passou a investir na implementação de diversos programas e políticas públicas voltadas para SAN, a exemplo dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social^[2].

Com isso, o Brasil construiu um histórico de destaque na implementação de políticas de proteção social e combate à pobreza, com destaque para o programa Bolsa Família (PBF) instituído em 2004, com o decreto 10.836, o qual unificou a gestão e a

execução de PTCR existentes no país. A participação no PBF exigia das famílias beneficiárias o cumprimento de condicionalidades relacionadas à saúde e à educação^[2], sendo esse programa considerado um dos maiores PTCR do mundo, atuando por meio do incremento da renda familiar e da ampliação de direitos sociais dos cidadãos visando, dentre outros objetivos, a melhora no acesso aos alimentos, a redução da fome e da pobreza, e o fortalecimento da promoção da garantia da SAN.

Direcionado às famílias classificadas em situação de pobreza e extrema pobreza, a literatura aponta alta prevalência de Insegurança Alimentar (IA) entre famílias titulares do PBF^[3]. A renda insuficiente e incerta, as condições sociodemográficas e a falta de acesso a programas sociais, são os principais determinantes da IA no Brasil^[4]. Foi observada também uma associação positiva entre acesso a programas governamentais, como os de PTCR, de proteção social e de saúde com a superação de IA^[5],

havendo necessidade de maior investigação da contribuição do PBF sobre a IA a longo prazo.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar as mudanças na situação de IA e nas condições sociodemográficas de famílias titulares do PBF residentes em um município do semiárido da Paraíba, entre os anos de 2011 a 2019.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de coorte prospectivo, cuja amostra são famílias do município de Cuité (Paraíba). O referido município, está localizado no Agreste paraibano e possui alta vulnerabilidade social e climática, conta com aproximadamente 20 mil habitantes e extensão territorial de 733.818 km², dos quais 33% residem em área rural e 67% em área urbana^[6].

Essa coorte intitulada “SANCUITÉ: Segurança Alimentar e Nutricional em município de pequeno porte: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população” é desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* Cuité, e desde 2011 acompanha a situação de IA e condições de vida de famílias do município. Em 2011, os dados populacionais do Censo Demográfico de 2010 apontavam a existência de 5.869 domicílios particulares permanentes a Cuité. Com base nesses dados foi calculada uma amostra representativa do município, composta por 360 domicílios, onde o município foi dividido em área rural e urbana adotando-se uma partilha proporcional. Utilizou-se o erro amostral máximo de 5% sob nível de confiança de 95%. A estimativa esperada de IA considerada foi de 50%, visando maximizar o tamanho da amostra. A partir do registro municipal do Imposto Predial e Territorial Urbano foram sorteados os domicílios da zona urbana. Na zona rural construiu-se um plano cartesiano no mapa cartográfico rural do município, e foram sorteados 12 pontos aleatórios, que englobaram 16 localidades rurais. Em cada domicílio um indivíduo responsável pela família foi entrevistado. Ao final do trabalho de campo foram pesquisados 358 domicílios, compondo o *baseline* com 358 famílias.

No primeiro *follow-up* (2014), com o retorno às famílias pesquisadas no *baseline*, foram encontradas 326 famílias, a uma perda amostral de 8,9%. No segundo *follow-up* (2019), ocorreu o retorno às 326 famílias de 2014, sendo coletadas 274 famílias, uma perda amostral de 15,9%.

Com o banco de dados do *baseline* (2011) e dos dois *follow-up* (2014 e 2019) foram selecionadas duas subamostras, famílias participantes da pesquisa que eram titulares do PBF durante todo o tempo da pesquisa e famílias participantes da pesquisa que nunca foram titulares do PBF, resultando na seguinte amostra: (1) famílias titulares do PBF nos três anos pesquisados (73 famílias); e (2) famílias não titulares do PBF durante o estudo, ou seja, famílias sem PBF nos três tempos da coorte (114 famílias).

Também foram criadas categorias longitudinais a partir da variável de IA tornando possível investigar o movimento das famílias na manutenção ou mudanças desta condição. Com isso, permitindo traçar a prevalência daquelas famílias que se mantiveram “inseguras em todo tempo (2011, 2014 e 2019)”, aquelas que estiveram “seguras em todo tempo (2011, 2014 e 2019)” e aquelas que “conviveram com a IA em algum tempo do estudo (2011 ou 2014 ou 2019)”.

Para analisar a diferença das variáveis sociodemográficas ao longo dos anos utilizou-se os testes de Cochran nas variáveis qualitativas dicotômicas e teste de Friedman para as variáveis qualitativas ordinais. Para buscar as associações entre as categorias longitudinais de IA e de acesso ao PBF foi utilizado o teste de qui-quadrado.

Como instrumento de coleta de dados, usou-se um questionário para obter as informações sociodemográficas e econômicas referentes à área de moradia, escolaridade do chefe da família, renda, número de moradores, tipo de esgotamento sanitário, origem da água e participação e permanência no PBF. Na pergunta referente a origem da água, os entrevistados poderiam responder mais de uma alternativa.

Para avaliar a IA, utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é um instrumento de diagnóstico da IA, composto por 14 perguntas, que classifica a família de acordo com

a existência de IA e seus níveis de gravidade: leve, moderada ou grave. Com as respostas da EBIA, as famílias foram classificadas em: Segurança Alimentar (SA); IA leve; IA moderada e; IA grave^[7]. Os instrumentos acima citados foram aplicados no *baseline* e nos dois *follow-up*, permitindo a comparabilidade.

Todos os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da UFCG (CAAE: 15713713.0.0000.5182 e CAAE: 0102.0.133.000-1). Os dados foram analisados no programa estatístico *STAT A*® versão 13.0. Os resultados foram expressos em frequências simples, a partir de números absolutos e percentuais, e para as análises de comparação entre os anos usou-se o Teste de Cochran para variáveis qualitativas dicotômicas e o Teste de Friedman para as variáveis qualitativas ordinais.

RESULTADOS

No *baseline*, 69,9% das famílias titulares do PBF foram classificadas em algum grau de IA, 60,3% em 2014 e 53,4% em 2019, caracterizando melhora no acesso aos alimentos entre os titulares. Pode-se observar também um aumento percentual de SA, estabilidade de IA leve e moderada e diminuição da IA grave entre essas famílias, porém sem significância estatística ($p > 0.005$) (Tabela 1).

Nas famílias não titulares do PBF, notou-se menor frequência de IA quando comparadas às famílias titulares. Além disso, os dados revelaram aumento significativo de SA e diminuição de IA leve e moderada ao longo do tempo, assim como diminuição (2014) seguida de aumento (2019) de IA grave (Tabela 2).

Ao longo do estudo, nas famílias titulares do PBF, observou-se redução significativa no percentual de chefes de família que apresentavam baixa escolaridade (Tabela 1), dados também observados para as famílias não titulares.

Referente ao esgotamento sanitário, 80,3% das famílias titulares residiam em ambientes com esgoto a céu aberto ou fossa negra em 2011, tendo essa condição de risco reduzido de maneira significativa ao final do estudo (71, 2%).

Tabela 1. Caracterização das condições sociodemográficas e insegurança alimentar de famílias titulares do Programa Bolsa Família, Cuité, Paraíba, Brasil, 2011-2019 (n=73).

Variáveis	2011 n (%)	2014 n (%)	2019 n (%)
Área de moradia			
Zona urbana	38 (52,0)	37 (50,7)	39 (53,4)
Zona rural	35 (47,0)	36 (49,3)	34 (46,6)
Níveis de insegurança alimentar			
Segurança alimentar	22 (30,1)	29 (39,7)	34 (46,6)
Insegurança alimentar leve	24 (32,9)	19 (26,0)	19 (26,0)
Insegurança alimentar moderada	16 (21,9)	15 (20,6)	14 (19,2)
Insegurança alimentar grave	11 (15,1)	10 (13,7)	6 (8,2)
Escolaridade do(a) chefe da família **a			
Sem escolaridade/ Ensino Fundamental incompleto	70 (100,0)	61 (87,1)	61 (87,2)
Ensino Médio completo/incompleto/Curso superior/Técnico	-	9 (12,9)	9 (12,8)
Renda <i>per capita</i> familiar + *b			
Até 1/4 Salário Mínimo	55 (75,3)	72 (98,6)	71 (97,3)
De 1/4 até 1/2 Salário Mínimo	15 (20,6)	1 (1,4)	2 (2,7)
Mais 1/2 Salário Mínimo	3 (4,1)	-	-
Número de Moradores			
Até 4 moradores	49 (67,1)	48 (65,8)	54 (74,0)
Mais de 4 moradores	24 (32,9)	25 (34,2)	19 (26,0)
Esgotamento sanitário *a			
Fossa negra /céu aberto	57 (80,3)	60 (83,3)	52 (71,2)
Rede pública/ fossa séptica	14 (19,7)	12 (16,7)	21 (28,8)
Disponibilidade diária de água**a			
Tem/tem com restrição	49 (67,1)	58 (79,4)	65 (89,0)
Não tem	24 (32,8)	15 (20,5)	8 (10,9)
Origem da água			
Rede pública **a	35 (47,9)	20 (27,4)	11 (15,0)
Cisterna	35 (47,9)	31 (42,5)	41 (56,1)
Poço Artesiano	-	2 (2,7)	4 (5,4)
Busca água fora do domicílio *a			
Sim	22 (30,1)	32 (43,8)	35 (48,0)
Não	51 (69,9)	41 (56,2)	38 (52,0)

n: número. +renda ajustada pelo salário mínimo vigente em cada ano. ^aTeste de Cochran para variáveis qualitativas dicotômicas. ^bTeste de Friedman para as variáveis qualitativas ordinais. * $p < 0,05$. ** $p < 0,001$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a origem da água ao longo do tempo, os dois grupos de famílias do estudo aumentaram o acesso à água por meio de cisternas e poços, com significância estatística apenas para as famílias não titulares. Já a necessidade de buscar água fora do domicílio aumentou no tempo para os dois grupos de maneira significativa ($p < 0,05$). Para os dois grupos

de famílias foi observado uma diminuição significativa de acesso à água pela rede pública.

Entre as famílias titulares do PBF ocorreu um aumento significativo da disponibilidade diária de água. Em 2011, 32,9% não referiram disponibilidade diária, já em 2014 e 2019, o comprometimento do

acesso diminuiu para 20,5% e 11,0% respectivamente. Assim como observado para as famílias titulares do PBF, houve aumento significativo da disponibilidade diária de água entre as famílias não titulares.

Sobre a renda, às famílias titulares do PBF apresentaram baixo valor médio *per capita*, sendo de R\$131,19 no ano de 2011, R\$209,27 em 2014 e R\$348,69 em 2019 (renda ajustada pelo salário

mínimo vigente em cada período investigado). Esses valores apresentados não incluem as transferências realizadas pelo PBF, que tiveram valor médio de R\$117,81 no *baseline* (2011), R\$181,01 no primeiro *follow-up* (2014) e R\$241,29 no segundo *follow-up* (2019). Ao longo do tempo foi observado aumento significativo da renda *per capita* para os dois grupos de famílias.

Tabela 2. Caracterização das condições sociodemográficas e insegurança alimentar de famílias não titulares do Programa Bolsa Família, Cuité, Paraíba, Brasil, 2011-2019 (n=114).

Variáveis	2011 n (%)	2014 n (%)	2019 n (%)
Área de moradia			
Zona urbana	96 (84,2)	97 (85,1)	96 (84,2)
Zona rural	18 (15,8)	17 (14,9)	18 (15,8)
Níveis de insegurança alimentar ^{a,b}			
Segurança alimentar	77 (67,5)	95 (83,3)	100 (88,5)
Insegurança alimentar leve	27 (23,7)	15 (13,2)	7 (6,2)
Insegurança alimentar moderada	6 (5,3)	3 (2,6)	3 (2,7)
Insegurança alimentar grave	4 (3,5)	1 (0,9)	3 (2,6)
Escolaridade do(a) chefe da família ^{**a}			
Sem escolaridade/ Ensino Fundamental incompleto	102 (92,7)	65 (58,0)	68 (59,6)
Ensino Médio completo/incompleto/Curso superior/Técnico	8 (7,3)	47 (42,0)	46 (40,4)
Renda <i>per capita</i> familiar + ^{**b}			
Até 1/4 Salário Mínimo	5 (4,4)	44 (38,6)	41 (36,6)
De 1/4 até 1/2 Salário Mínimo	30 (26,3)	33 (28,9)	36 (32,1)
Mais 1/2 Salário Mínimo	79 (69,3)	37 (32,5)	35 (31,3)
Número de Moradores			
Até 4 moradores	97 (85,1)	99 (86,8)	101 (88,6)
Mais de 4 moradores	17 (14,9)	15 (13,2)	13 (11,4)
Esgotamento sanitário			
Fossa negra /céu aberto	70 (63,1)	64 (57,7)	63 (56,8)
Rede pública/ fossa séptica	41 (36,9)	47 (42,3)	48 (43,2)
Disponibilidade diária de água ^{**a}			
Tem/tem com restrição	79 (69,3)	92 (80,7)	99 (87,6)
Não tem	35 (30,7)	22 (19,3)	14 (12,3)

n: número. +renda ajustada pelo salário mínimo vigente em cada ano. ^aTeste de Cochran para variáveis qualitativas dicotômicas. ^bTeste de Friedman para as variáveis qualitativas ordinais. * $p < 0,05$. ** $p < 0,001$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como visto, um dos resultados mais relevantes do estudo foi notar as prevalências de famílias em SA e IA naquelas famílias “com” e “sem” acesso ao PBF nos anos do estudo. Ao mesmo tempo, buscando avançar nesta compreensão torna-

se importante buscar compreender de maneira detalhada esse movimento de mudanças na situação da IA a partir das mudanças no acesso ao PBF no tempo. Pensando nisso, a Tabela 3 abaixo traz a associação entre essas variáveis.

Tabela 3. Mudanças na situação de IA de acordo com o acesso ao PBF nos três anos (2011, 2014 e 2019), Cuité, Paraíba, Brasil (n=274)

Mudanças na situação de SA/IA	Acesso ao PBF ao longo do tempo do estudo			p
	Não acessou o PBF em nenhum tempo	Acessou o PBF em algum período	Acessou o PBF em todo o tempo	
Famílias seguras em todo tempo	63 (55,2%)	18 (20,6%)	13 (17,8%)	0,000**
Famílias inseguras em todo tempo	4 (3,5%)	21 (24,1%)	25 (34,2%)	
Famílias que conviveram com a IA em algum período	47 (41,2%)	48 (55,1%)	35 (47,9%)	

** $p < 0,001$ a partir do teste de Qui-quadrado.

Fonte: Autoria Própria, 2023.

A partir da Tabela 3 é possível destacar alguns resultados importantes. Um deles foi perceber que em cada uma das três categorias do acesso ao PBF no tempo, mais de 40% das famílias conviveram com a IA em algum período do estudo, cabendo destacar aquelas famílias que acessaram o PBF em algum período, pois 55,1% destas também conviveram com a IA em algum momento. Outro dado interessante foi que 34,2% daquelas que acessaram o PBF durante todo o tempo também estiveram inseguras em todos os momentos e 17,8% destas estiveram seguras nos anos pesquisados.

DISCUSSÃO

Neste estudo envolvendo famílias titulares do PBF, observou-se entre essas famílias uma alta prevalência de IA, baixa escolaridade do chefe da família, e condições desfavoráveis de acesso a saneamento básico e água, com essas características tornando-se mais evidentes quando essas famílias são comparadas com famílias não titulares do PBF. Porém, ao mesmo tempo foram reveladas tendências

de melhorias nas situações de IA e estabilidade das condições sociodemográficas das famílias titulares ao longo do tempo. Esses resultados podem sugerir que a permanência das famílias no PBF contribui para mudanças positivas nas situações de IA de maneira longitudinal.

As altas prevalências de IA entre famílias titulares do PBF são achados anteriormente documentados^[8,9]. Essas prevalências são ainda mais significantes quando comparadas com famílias não titulares do PBF. Esses dados podem ser explicados pela focalização do PBF para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e, conseqüentemente, famílias mais expostas à IA. Por meio de análise longitudinal, Palmeira, Salles-Costa e Pérez-Escamilla^[10] observaram diminuição da IA em famílias em situação de vulnerabilidade, sendo essa mudança relacionada também com a transferência de renda do PBF. Esses achados podem indicar que o acesso ao PBF contribui para redução da pobreza e diminuição da IA a longo prazo.

Marson^[11] aponta que a redução no percentual de extrema pobreza que ocorreu no Brasil entre 2004 e 2014, pode ser atribuída à redução das desigualdades, aos PTCR e a melhoria do acesso ao mercado de trabalho pela população de baixa renda. Além das desigualdades sociais de renda e emprego, o acesso inadequado a serviços básicos, como educação, saneamento e água potável, dificultam o acesso aos alimentos^[12]. Essas condições também impactam na perpetuação de um ciclo intergeracional de pobreza, impedindo a população de superar a privação a uma alimentação adequada^[12]. Nesse sentido, Menezes *et al.*^[13] encontraram uma associação entre IA e tratamento de água para consumo, ajustado pela renda do chefe da família, a renda familiar total e o recebimento do PBF, revelando a importância do tratamento de água para o consumo na explicação da IA, fazendo-se necessário a avaliar e a garantia da segurança hídrica das famílias em vulnerabilidade.

Nesta direção, vale ressaltar que a cidade de Cuité, onde foi realizado o estudo, apresenta vulnerabilidades em relação à disponibilidade de água, estando sem abastecimento de água pela rede pública desde 2012, o que intensificou o uso de cisternas, poço e a busca de água fora do domicílio como estratégia de acesso, o que corrobora com os achados sobre disponibilidade e origem da água tanto das famílias titulares quanto das não titulares do PBF. Essas variáveis utilizadas para descrever o acesso a água estão além do controle das famílias dada a situação do município.

No Brasil, a partir de 2015, no governo de Michel Temer ocorreram diversos desmontes de políticas públicas sociais relacionadas à SAN^[14]. O PBF teve redução no orçamento e no número de beneficiários. Entre 2018 e 2019, houve redução de 1 milhão de famílias beneficiadas, e o orçamento para 2020 apontava para uma continuidade dos cortes, com diminuição de R\$32,5 para R\$29,5 bilhões^[15].

Em 2021, no governo Bolsonaro, o PBF foi extinto pela Medida Provisória 1.061, que instituiu a criação do Programa Auxílio Brasil (PAB). O PAB é um PTCR com objetivo de garantir os direitos fundamentais à pessoa em vulnerabilidade social e de reduzir a pobreza^[16], o valor monetário repassado às famílias foi reajustado. O processo de implementação do PAB tem sido motivo de

preocupação entre pesquisadores e atores políticos, por falta de clareza sobre a fonte do orçamento e a continuidade do programa em longo prazo. Para além disso, é essencial que PTCR também oportunizem o acesso a serviços de educação, saúde, habitação, geração de emprego e renda, saneamento básico e água potável^[17], visando combater a IA e as desigualdades socioeconômicas e demográficas que estão dentre os determinantes estruturais de condições desfavoráveis de vida dos brasileiros.

Ao mesmo tempo em que ocorreram esses desmontes nas políticas de SAN e de distribuição de renda, as taxas de IA têm aumentado no Brasil^[18]. No cenário pandêmico, além do impacto econômico que dificultou ainda mais a vida e comprometeu o poder aquisitivo dos brasileiros e o que notou-se foi uma expressiva piora no acesso adequado aos alimentos. De acordo com o relatório VIGISAN da Rede PENSSAN sobre IA durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, 125 milhões dos brasileiros foram classificados em algum nível de IA e 33,1 milhões conviveram com a fome/IA grave^[19].

A partir da Tabela 3 foi possível observar a associação bivariada das mudanças na situação de SA/IA de acordo com o acesso ou não ao PBF. Um importante resultado foi perceber que mais de 40% daqueles que não acessaram o Programa conviveram com a IA em algum momento do estudo. Isso pode ser explicado pela piora ou manutenção da vulnerabilidade social da população pesquisada. Um reflexo disso pode ser percebido quando observamos a renda per capita dessas famílias que não acessaram o PBF nos momentos do estudo, onde 69,3% recebiam mais de 1/2 salário mínimo em 2011 e em 2019 esse percentual foi apenas de 31,3%, revelando uma piora nas questões financeiras dos sujeitos.

Esse contexto de retrocessos nas políticas públicas e o cenário de manutenção/piora nas condições de vida descritos anteriormente são cruciais para compreender também que os outros dados da tabela 3 voltados para aquelas pessoas que acessaram o PBF em algum momento ou durante todo o tempo poderiam ser piores se o PBF não existisse.

O PBF teve uma grande contribuição para a melhoria de vida de famílias de municípios como Cuité e a ausência e desmonte destas políticas pode

comprometer negativamente um grande número de famílias. Deste modo, o PBF se mostrou como uma potente política intersetorial de redução de iniquidades, o que reforça a necessidade de fortalecer e combinar políticas complementares para ampliar seus efeitos no combate à IA^[3].

Além das associações observadas, sugere-se estudos que objetivem a realização de análises estatísticas mais robustas envolvendo o acesso ao PBF e mudanças nos níveis de IA. Apesar disso, o caráter longitudinal e comparativo do desenho do estudo traz resultados inéditos sobre IA e condições sociodemográficas de famílias titulares do PBF ao longo do tempo, oportunizando debates e decisões efetivas para gestão de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prevalências altas de IA e inadequadas condições sociodemográficas foram encontradas entre famílias com PBF quando comparadas com famílias sem PBF. Apesar disso, o estudo revela tendências de melhorias nas situações de IA e estabilidade das condições sociodemográficas das famílias titulares do PBF ao longo do tempo. Os achados do estudo indicam a importância do PBF na melhoria das taxas de IA e no alívio dos impactos sociais provenientes de uma agenda de retrocessos nas políticas públicas, especialmente para aqueles grupos em maior vulnerabilidade.

Assim, reforça-se a necessidade da implementação e fortalecimento de programas de transferência condicionada de renda permanentes associados a garantia de acesso a serviços de saúde, educação e moradia para a redução das desigualdades sociais e garantia da segurança alimentar da população brasileira.

FINANCIAMENTOS

Este estudo foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq nº 36/2010) que realizou uma análise da política local de segurança alimentar e nutricional e da situação de insegurança alimentar domiciliar no município de Cuité, localizado no interior do estado da Paraíba.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

J. S. L. Laurentino, M. G. Costa-Garcia e R. T. Oliveira-Silva contribuíram com o delineamento do estudo, analisaram os dados e escreveram o artigo. P. A. Palmeira coordenou o delineamento do estudo, a coleta de dados, analisou os resultados e revisou o manuscrito.

REFERÊNCIAS

- [1] Global strategic framework for food security and nutrition 2017 Edition. Roma: Committee on World Food Security, FAO, [relatório eletrônico] 2017 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/mt648e/mt648e.pdf>
- [2] Silva SPA. Trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [relatório eletrônico] 2014 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/T_D_1953.pdf
- [3] Neves JA, Vasconcelos FDAGD, Machado ML, Recine E, Garcia GS, Medeiros MATD. The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): A tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. *Global Public Health*, 2022; 17(1), 26-42. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1850828>
- [4] Lignani JDB, Palmeira PA, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2020;23,e200068.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980549720200068>
- [5] Palmeira PA, de Araújo Mattos R, Pérez-Escamilla R, Salles-Costa, R. Multisectoral government programs and household food insecurity: evidence from a longitudinal study in the semiarid area of northeast, Brazil. *Food Security*, 2021; 13: 525-538. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01100-4>
- [6] População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [relatório eletrônico] 2020 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>
- [7] Segall-Corrêa AM, Perez-Escamilla R, Maranhã LK, Sampaio MFA. Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. Relatório

Técnico. Campinas (SP), [relatório eletrônico] 2004 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/validacao_brasil1.pdf

[8] Anschau FR, Matsuo T, Segall-Corrêa AM. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*. 2012; 25(2):177-189. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000200001>

[9] Witt F, Etges BI, Lepper L. Insegurança Alimentar em Famílias do Programa Bolsa Família. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2018; 25(2),85-93. <https://doi.org/10.20396/san.v25i2.8649841>

[10] Palmeira PA, Salles-Costa R, Pérez-Escamilla R. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. *Public Health Nutr*. 2020; 23(4):756-767. doi: 10.1017/S1368980019003136

[11] Marson NG. O que faz as famílias superarem a extrema pobreza? Um Estudo a partir do cadastro único [Dissertação]. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/natalia_giovanna_marson.pdf

[12] Santos TG, Silveira JAC, Longo-Silva G, Ramires EKNM, Menezes RCE. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Cad Saúde Pública*. 2018; 34:e00066917. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00066917>

[13] Menezes RD, Demétrio F, Soares MD, Henrique FCdS, Panelli-Martins BE, Amparo-Santos L. Efeito do Programa Bolsa Família na prevalência de insegurança alimentar familiar. *Segur. Aliment. Nutr*. 2017;24(1):41-52. <https://doi.org/10.20396/san.v24i1.8642164>

[14] Santos ABMV, Santos EVO, Medeiros CD, Cordeiro SA, Silva JG, Oliveira MDAS, et al. O desmonte das iniciativas governamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso do município de Cuité-Paraíba, entre 2014 e 2019. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2021;28: p. e021025-e021025. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661789>

[15] Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Câmara dos Deputados. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento/2020/raio-x-do-orcamento-ploa-2020>

[16] Brasil. Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 - Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. *Diário Oficial da União*, 2021. [citado em 2022 ago 1]. Disponível

em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>

[17] Monteiro F, Schmidt ST, da Costa IB, Almeida CCB, Silva Matuda N. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014; 19(5):1347-1357. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.21462013>

[18] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, [relatório eletrônico] 2020 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protacao-social/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?&t=resultados>

[19] PENSSAN. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: REDE PENSSAN, [relatório eletrônico] 2022 [citado em 2022 ago 1]. Disponível em <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>